

Do trigo ao trabalho: o caráter instrumental da teoria do valor em Ricardo ¹

Lucas Teixeira ²

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado pela teoria do valor na concepção de Economia Política de David Ricardo. Parte-se de uma análise dos primeiros autores que se defrontaram com a necessidade de uma teoria do valor – os fisiocratas e Adam Smith; em seguida, analisam-se os principais textos do autor sobre o assunto – Ensaio sobre o trigo, Princípios de Economia Política e Tributação e Valor Absoluto e Valor de Troca – para mostrar como Ricardo tem uma compreensão própria sobre o tema, apesar da insatisfação com os problemas deixados em aberto. Por último, tecem-se alguns comentários sobre a evolução da teoria ricardiana dentro da Economia Política Clássica e os desdobramentos que ocorreram na história do pensamento econômico a partir da obra desse autor.

Palavras-chave: Teoria do valor; Economia política; Ricardo, David; Smith, Adam.

Abstract

This paper presents a critical overview of the theory of value in David Ricardo conception of Political Economy. First it is discussed the first group of economists that realized the importance of a value theory – physiocrats and Adam Smith; then it analyses the mains works of Ricardo over the subject – Essay on Profits, On the Principles of Political Economy and Taxation and Absolute Value and Exchange Value – to show how Ricardo create his own comprehension about this subject, in despite of his non-satisfaction with some unsolved puzzles. At last, there are a few comments about the evolution Ricardian theory inside Classical Political Economy and the developments that occurred inside the history of economic thought, after his work.

Key words: Value theory; Political economy; Ricardo, David; Smith, Adam.

Códigos JEL: B00, B12.

(1) Este artigo é baseado em trabalho anterior, mais extenso: Teixeira, Lucas. *Do trigo ao trabalho*: o caráter instrumental da teoria do valor no pensamento de Ricardo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Mimeo. O autor agradece os comentários e sugestões de Aloísio Teixeira, Beatriz Azeredo, Fabrício Pitombo Leite, Frederico Mazzucchelli, Gustavo de Oliveira Aggio, José Carlos de Sousa Braga, Maria Malta, Rodrigo Castelo Branco, Ronaldo Fiani, Simone de Deos e a um parecerista anônimo, eximindo-os, contudo, de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo do presente trabalho.

(2) Economista, mestrando do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). E-mail: lucasteixeira@eco.unicamp.br.

Introdução

David Ricardo, juntamente com Adam Smith, foi o principal representante da Economia Política Clássica. Praticamente não há tema sobre o qual Ricardo não tenha dedicado alguma atenção. Valor, distribuição, acumulação de capital, progresso técnico, comércio internacional, tributação, teoria monetária são exemplos da fertilidade da obra ricardiana. Um desses temas em particular – o valor e sua medida – acompanhou Ricardo até o fim da vida, sem que encontrasse resposta satisfatória para suas questões.

A primeira abordagem de Ricardo ao assunto está no famoso *Ensaio sobre a influência do baixo preço do cereal nos lucros do capital*, escrito para defender a livre importação de cereais. O *Ensaio* teve grande repercussão, de forma que “já nessa época ele [Ricardo] era considerado o mais destacado economista do país” (Singer, 1982, p. ix). Neste texto, entretanto, sua opção é a não formulação de uma teoria do valor, medindo as variáveis econômicas em termos físicos.

Até então Ricardo havia feito apenas contribuições pontuais a respeito de questões de Economia Política, não tendo ainda sistematizado suas idéias sobre o assunto. Devido ao estímulo, principalmente de James Mill, começa, a partir do próprio ano de 1815, a dedicar-se a essa tarefa, que culminou na publicação, em 1817, dos *Princípios de economia política e tributação*. Ricardo, todavia, ficou insatisfeito com a solução que apresentou para o problema do valor, de modo que esse capítulo sofreu grandes alterações nas duas edições seguintes (1819 e 1821). “As modificações mais extensas e surpreendentes nas sucessivas edições dos *Princípios* ocorrem no capítulo I [sobre o valor]” (Sraffa, 1982, p. 13). Mesmo assim, ele não abandonou o tema, deixando um texto incompleto, que só foi publicado postumamente – *Valor absoluto e valor de troca* – no qual, mais uma vez, não encontra solução satisfatória.

Esses três textos são a espinha dorsal da concepção ricardiana sobre o valor e são o objeto do presente trabalho, que se propõe a investigar o papel da teoria do valor desenvolvida por Ricardo na evolução de seu pensamento.

Vale observar que a discussão sobre esse tema foi progressivamente abandonada após a revolução marginalista, só reaparecendo no debate econômico na segunda metade do século XX. A retomada de interesse pela teoria ricardiana do valor teve início com a publicação da obra de Sraffa, *Production of commodities by means of commodities*, em 1960, em que este

autor questiona os alicerces da teoria neoclássica do valor e do capital e propõe um retorno às concepções da Economia Política Clássica. O presente trabalho se insere no âmbito da retomada de interesse em Economia Política provocada pela obra de Sraffa. Para tanto, debruça-se sobre os textos originais, para melhor entender as colocações ricardianas sobre o assunto, em especial a teoria do valor, e apropriar-se, de forma mais proveitosa, do debate contemporâneo de Economia Política.

Para isso, na primeira seção discute-se o paradigma sob o qual Ricardo desenvolve sua pesquisa, isto é, o paradigma fisiocrata-smithiano. Na segunda seção, analisa-se a primeira abordagem de Ricardo, presente no Ensaio sobre o trigo, no qual inexistia ainda uma teoria do valor. Em seguida, será examinada a teoria do valor de Ricardo e como se configura como uma busca por uma “medida invariável” do valor, presente nos *Princípios* e no *Valor absoluto e valor de troca*. Por fim, serão feitos comentários sobre a teoria do valor de Ricardo, seu diálogo com o paradigma fisiocrata-smithiano e os desdobramentos da teoria econômica a partir desse autor.

1 Fisiocratas, Smith e o Estado da questão

Em meados do século XVIII, se o modo de produção capitalista ainda não havia se tornado predominante nos principais centros da Europa, pelos menos já havia penetrado em alguns ramos da produção, tais como a agricultura na França e na Inglaterra e o setor têxtil inglês. Os primeiros a tentar entender esse novo mundo que se afigurava foram os fisiocratas. Estes, como veremos adiante, apesar de terem tido algumas boas “intuições” sobre a sociedade que analisavam, fizeram seus estudos econômicos sem recorrer a uma teoria do valor. Quem se dedicou a essa inglória tarefa, cerca de um quarto de século depois, foi Adam Smith, que foi o primeiro a elaborar – e o primeiro a abandonar – uma teoria do valor baseada no trabalho.

Já se tornou um clichê afirmar que o objeto de análise fisiocrata é o sistema econômico em conjunto. Para eles, a idéia de “ordem natural” toma o lugar da concepção de “ordem revelada”. Com isso, torna-se possível analisar as “leis naturais” que regem a sociedade. “Essa preocupação com a ‘lei natural’ pressupunha a identificação de um princípio unificador que reduzisse todos os fenômenos da vida econômica a um sistema inteligível” (Belluzzo, 1998, p. 23).

Os fisiocratas foram os primeiros a definir o excedente como “aquela parte da riqueza produzida que excede a riqueza consumida ao longo do processo produtivo” (Napoleoni, 1988, p. 26). Essa concepção de excedente traz consigo três questões a serem resolvidas: avaliação, origem e apropriação. No *Tableau économique*³ de François Quesnay, um dos principais representantes da Fisiocracia, pode-se perceber claramente como se resolvem os problemas da origem e da apropriação.

O excedente se origina na agricultura, devido às propriedades naturais da terra e esse excedente será máximo se a gestão for do tipo capitalista. Como o excedente é uma particularidade de apenas um ramo de produção, na visão fisiocrata a manufatura não o produz. Sua troca com o setor agrícola é uma troca de equivalentes, com o setor manufatureiro apenas cobrindo seus custos de produção. Nesse ponto, há um patente avanço da fisiocracia em relação aos mercantilistas: enquanto estes centram sua atenção no processo de troca, para a fisiocracia o excedente surge no processo produtivo e todas as trocas são trocas de equivalentes.

Quanto à apropriação, esta se restringe à forma da renda fundiária, quando o sistema se encontra no estado estacionário, em que o modo de produção capitalista já avançou sobre toda a agricultura. A classe dos proprietários de terra apropria-se de todo o produto líquido. Cabe destacar que o “lucro”, apesar dessa categoria inexistir no pensamento fisiocrata, era considerado como um custo de produção.⁴

O problema restante – a avaliação do excedente – que é o de maior interesse para o presente texto, não foi, todavia, resolvido no *Tableau*. Esse problema demandaria a formulação de uma teoria do valor, para se avaliar o excedente a partir de grandezas de valor; os fisiocratas, entretanto, o avaliam a partir de grandezas físicas. A agricultura, dentro do arcabouço fisiocrata, é um processo que, a partir de certa quantidade de mercadorias, produz mais mercadorias. Mas a forma custo absorve a forma valor, enquanto quantidade

(3) O *Tableau* possui duas importantes definições. A primeira referente a divisão da sociedade em três classes sociais, a *classe produtiva*, formada pelos arrendatários capitalistas; a *classe dos proprietários* (de terra), incluindo a Igreja e o Estado, classe esta que, segundo Quesnay, seria a única a se apropriar do excedente; a *classe estéril*, constituída por todos aqueles que se encontram ocupados à margem da agricultura, como, por exemplo, os fabricantes de manufaturas (Quesnay, 1982, p. 257-258). A segunda é visão fisiocrata do capital na forma de “adiantamentos”.

(4) “(...) a renda obtida pelo arrendatário da terra é considerada como uma parte dos gastos de produção e assimilada, conseqüentemente (levadas em consideração as devidas diferenças quantitativas), ao salário do trabalhador agrícola” (Napoleoni, 1988, p. 28-29).

de mercadorias requerida para se produzir um bem qualquer. E o custo das mercadorias utilizadas como insumo é calculado empiricamente com a utilização dos preços observados no mercado; ou seja, acreditavam que “o mercado se incumbia de estabelecer uma equivalência real entre as mercadorias” (Belluzzo, 1998, p. 26).

Essa solução, entretanto, não era satisfatória. Acreditando-se na equivalência de mercado, acabava-se por crer que todas as mercadorias teriam um valor de troca oscilante, dada a instabilidade dos preços de mercado. Devido a essa não-solução fisiocrata nasceu a indagação da Economia Política Clássica sobre a existência de um “preço natural”, ou “valor natural”, que concederia alguma ordem ao caos dos preços de mercado. Adicionalmente, a questão evolui para a busca de “uma unidade de medida independente capaz de explicar, ao mesmo tempo, o valor das mercadorias e a participação dos agentes produtivos no valor criado” (Belluzzo, 1998, p. 27).

Smith foi o primeiro autor a ter como objeto de análise o modo de produção capitalista generalizado a toda economia, menos pela realidade histórica da Escócia na segunda metade do século XVIII, do que pela sua capacidade de abstração e de percepção das principais características de tal modo de produção. De acordo com Napoleoni (1988, p. 53), pelo menos dois conceitos foram apropriados por Smith aos fisiocratas: o conceito de “produto líquido”, do qual Smith poderia derivar uma teoria das rendas e o conceito de “antecipação”, ponto de partida para se formular uma teoria do capital.

Apesar dessa herança, o autor faz uma série de progressos. Aceita a definição fisiocrata de produto líquido, mas afirma que o responsável pelo seu surgimento não é a terra e sim o trabalho. O trabalho, na teoria smithiana, ganha o atributo de ser *produtivo* e passa assim a ser um fenômeno geral da economia, presente em cada ramo de produção.

A generalidade atribuída ao excedente traz a necessidade de modificação da solução fisiocrata para sua apropriação e avaliação. Como o produto líquido é obtido também em atividades que não se beneficiam da fertilidade da terra, haveria de ter outra forma de apropriação que não a renda da terra. Tendo em vista a antecipação de capital necessária para a manutenção de trabalhadores produtivos em qualquer setor da economia, o capitalista tem o direito de conservar parte do produto sob a forma de lucro.

Adicionalmente, a idéia de que o lucro é uma remuneração do *trabalho* é rechaçada em *A riqueza das nações*, onde Smith deixa claro que a remuneração lucro se refere ao capital adiantado e não a qualquer trabalho que possa ter sido realizado pelo capitalista (Smith, 2003, p. 60-61).

Um outro problema, o da avaliação, torna-se mais complexo na teoria smithiana do excedente. Smith já não pôde recorrer ao expediente fisiocrata de medir o excedente em termos físicos, pois a produtividade é uma atribuição do trabalho, e não mais da terra. Assim, não seria razoável supor que o produto e o capital fossem a mesma mercadoria, ou ainda, que as mercadorias que compõem estes dois termos aparecessem nas mesmas proporções, de maneira a calcular o produto líquido em termos físicos (Napoleoni, 1988, p. 58). Seria necessário reduzir esse dois termos a algo homogêneo para que o cálculo pudesse ser feito. E a teoria do valor de Smith vem justamente para suprir essa lacuna.

A primeira menção que Smith faz ao valor encontra-se no fim do capítulo 4 do livro I de *A riqueza das nações*, em que expõe o paradoxo da água e do diamante, entre o valor de uso e o valor de troca (Smith, 2003, p. 36). No fim desse capítulo, expõe seu plano de investigação dos princípios reguladores do valor de troca das mercadorias: primeiro mostra qual é a medida do valor de troca, em seguida quais são as diferentes partes que compõem o valor, e, por fim, analisa as causas que levam o preço de mercado a divergir do preço natural (Smith, 2003, p. 36). Devido ao objeto desse texto, será dada maior ênfase aos dois primeiros pontos do plano de Smith. Vejamos, então, a abordagem inicial de Smith ao problema da medida do valor:

Todo homem é rico ou pobre de acordo com o grau em que lhe é dado desfrutar das coisas necessárias à vida e ao conforto, e das diversões humanas. Mas, depois de estabelecer-se completamente a divisão do trabalho, o trabalho de cada homem apenas poderá provê-lo de uma parte extremamente diminuta dessas coisas. A grande maioria delas deverá ser obtida do trabalho de outros homens e, assim, ele será rico ou pobre de acordo com a quantidade de trabalho que puder comandar ou conseguir comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui e não pretende utilizá-la ou consumi-la, mas trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que tal mercadoria lhe permite comprar ou comandar. O trabalho é, pois, a medida real do valor de troca de todas as mercadorias (Smith, 2003, p. 38).

Fica claro aqui a medida do valor para Smith: o trabalho comandado, isto é, a quantidade de trabalho que uma mercadoria poupa a seu detentor. Dessa forma, evidencia o caráter social que o trabalho adquire em uma economia capitalista, como trabalho para outro, ou, ainda, trabalho que outro pode comandar.

No estado rude e primitivo de Smith – que pode ser identificado como uma sociedade mercantil simples de produtores independentes, proprietários dos meios de produção e do produto de seu trabalho – o trabalho comandado é determinado pela quantidade de trabalho incorporado a uma mercadoria (Smith, 2003, p. 60). Dito de outra forma, o valor do trabalho é igual ao produto do trabalho. Sob essa hipótese, sua teoria não apresenta quaisquer problemas, contudo, quando tenta estender esse raciocínio a uma sociedade capitalista, surgem confusões e ambigüidades.

A sociedade capitalista caracteriza-se pela acumulação de capital e pela propriedade privada da terra, de tal forma que os meios de produção se encontram na posse de uma classe; enquanto a força de trabalho na posse de outra. Essa mudança provoca alterações quanto à apropriação do produto: “neste estado de coisas, o produto total nem sempre pertence ao trabalhador” (Smith, 2003, p. 62). O produto passa agora a pertencer ao empregador – o capitalista – e este auferir lucro sobre o capital adiantado. Smith percebe então uma modificação nos determinantes do valor:

Tampouco a quantidade de trabalho normalmente empregada para adquirir ou produzir qualquer mercadoria é a única circunstância a regular a quantidade de trabalho que essa mercadoria poderia normalmente comprar, adquirir ou pela qual poderia trocar-se. É evidente que será devida uma quantidade adicional pelos lucros do capital, que adiantou os salários e forneceu as matérias-primas àquele trabalho (Smith, 2003, p. 62).

Smith conclui que o trabalho necessário para a produção de uma mercadoria deixa de regular a quantidade de trabalho que essa mercadoria pode comandar. O trabalho comandado, a partir de então, sempre será maior do que o trabalho incorporado. Para Smith, “o lucro nasce do fato de que o capitalista vende, sem pagar, uma parte do trabalho incorporado à mercadoria” (Belluzzo, 1998, p. 29). Como afirma Dobb, esta teoria “poderia ser interpretada (...), como uma teoria incipiente da exploração, vista como relação social, num sentido análogo ao de Marx” (Dobb, 1978, p. 65) (esta

poderia ser chamada de teoria dedutiva do valor).⁵ Essa interpretação fica patente nessa passagem de *A riqueza das nações*:

Ao trocar-se o produto acabado, seja por dinheiro, força de trabalho ou outras mercadorias, em quantidade superior à que é suficiente para pagar o preço das matérias-primas e dos salários dos trabalhadores, é necessário ainda dar algo mais para os lucros do contratador do trabalho, que arrisca seu capital no empreendimento. Nesse caso, o valor que os trabalhadores adicionam às matérias-primas divide-se, portanto, em duas partes, uma das quais paga os seus salários, e a outra, os lucros de seu empregador sobre a soma de matérias-primas e salários por ele adiantados (Smith, 2003, p. 60).

Desse modo evidencia-se que Smith, como os fisiocratas, vê a troca como troca entre equivalentes; o lucro origina-se, portanto, na produção. Mas, é exatamente na origem do lucro que o pensamento de Smith se torna dúbio. Após ter afirmado que o único fator produtivo é o trabalho e que a origem do lucro está no sobre-trabalho, passa, não tão sutilmente, da sua teoria do valor trabalho para uma teoria do valor baseada nos custos de produção, em que o lucro deixa de ser uma dedução de um valor já criado para ser a origem do valor (teoria aditiva do valor).

Da desigualdade entre trabalho incorporado e trabalho comandado, Smith afirma então, que o valor de troca de toda mercadoria é decomposto em salário, lucro e renda da terra (Smith, 2003, p. 65). Entretanto, é exatamente nesse ponto que sua teoria do valor se transmuta. Dada essa composição, Smith conclui categoricamente: “salários, lucros e renda da terra são as fontes originais de todo o rendimento, bem como de todo o valor de troca” (Smith, 2003, p. 65). E, para tentar manter sua teoria do trabalho comandado, propõe que “o valor real de todas as diversas partes componentes do preço se mede pela quantidade de trabalho que cada uma delas pode comprar” (Smith, 2003, p. 62).

A confusão de Smith decorre da incapacidade de diferenciar as formas de se apropriar e de criar valor. Renda da terra, lucro e salário são as formas pelas quais os proprietários da terra, do capital e da força de trabalho, respectivamente, apropriam-se do valor criado. Isso não significa que os três

(5) Como afirma o próprio Marx, em *As teorias da mais-valia*: “A. Smith, por conseguinte, concebe a *mais valia* – isto é, o trabalho excedente, o que no trabalho executado e realizado na mercadoria *ultrapassa* o trabalho pago, o trabalho que recebeu o equivalente no salário – como a *categoria geral* (grifos do autor) de que o lucro propriamente e a renda fundiária são meros ramos. Contudo, Smith não dissociou a mais-valia como tal, como categoria independente das formas específicas que assume no lucro e na renda fundiária” (Marx, 1980, p. 61).

agentes participem de sua criação. “O capitalista apropria-se de uma parte do valor criado, porque a propriedade dos meios de trabalho o coloca em condições de exigir uma remuneração pelo emprego de seu capital. Isso não significa que o capital (...) adicione valor” (Belluzzo, 1998, p. 32). Dessa ambigüidade de Smith decorrem pelo menos dois problemas.

O primeiro problema, caracterizado por Belluzzo, afirma que a origem dessa desigualdade está na manutenção da equivalência entre valor do trabalho (salário) e do produto do trabalho, afirmando que a mesma era correta na sociedade mercantil simples, mas se torna errônea na sociedade capitalista, uma vez que se o trabalho só contribui para o valor final da mercadoria com o equivalente ao que recebe em salário, e dado que o valor da mercadoria é maior do que esse, chega-se a conclusão de que outros fatores devem ser também criadores de valor. “(...) medindo o tempo de trabalho gasto na produção da mercadoria pelo salário pago ao trabalhador, A. Smith (...) compromete sua concepção sobre a origem do lucro e da renda da terra” (Belluzzo, 1998, p. 33).

O outro problema decorre justamente dessa tautologia mencionada por Belluzzo. Os elementos que determinam o trabalho comandado –salário, lucro e renda da terra – são também valores. Assim, Smith não é capaz de cumprir o requisito formal mínimo que requer uma teoria do valor: determinar o valor “a partir de elementos que não dependam, eles mesmos, dos valores” (Napoleoni, 1988, p. 58). Nesse sentido, a teoria de Smith fracassa em explicar e determinar os valores relativos das mercadorias, procedimento necessário para se mensurar o excedente como valor.

Ricardo, a partir desse precedente, tentará cumprir a promessa de Smith – uma teoria que não apenas determine o valor de troca das mercadorias, mas também a apropriação do valor criado pelos que participam da produção.

2 O ensaio sobre o trigo e a hipótese fisiocrata

O “Ensaio sobre a Influência do Baixo Preço do Cereal nos Lucros do Capital” foi escrito em 1815, no âmbito da discussão sobre a política comercial inglesa em relação à importação de cereais. Ricardo escreveu este ensaio em contraposição às idéias de Malthus (*Grounds of an opinion*), construindo um argumento econômico para sustentar o livre comércio de cereais. Apesar de ter sido redigido com espírito pragmático, encontra-se aí a

pioneira construção teórica de Ricardo. Foi a primeira vez em que abordou os temas que lhe foram caros no estudo da economia política: distribuição (mormente a formação da taxa de lucro) e seu comportamento ao longo do processo de acumulação de capital.

Ricardo tem uma preocupação especial com a taxa de lucro por entender que o ritmo e a intensidade em que ocorre o crescimento econômico capitalista dependem fundamentalmente dessa variável. Isso é um exemplo da introjeção, em sua análise teórica, do reconhecimento do traço distintivo da sociedade capitalista e é tido na literatura de Economia Política e de História do Pensamento Econômico como um avanço em relação a seu predecessor, Adam Smith. O ponto mais marcante desse avanço é a divisão da sociedade capitalista em três classes sociais: trabalhadores, proprietários de terra e proprietários de capital. Daí vem o que considera ser o escopo da economia política: a distribuição do produto social. Nas suas próprias palavras:

O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. (...) determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política (Ricardo, 1982, p. 39).

Esse avanço ocorre, entretanto, dentro do paradigma fisiocrático-smithiano,⁶ levando-o a seu ápice e trazendo à tona com mais clareza seus limites e contradições.⁷ O Ensaio tem dois objetivos: demonstrar a centralidade da categoria econômica lucro, em detrimento da renda da terra, e mostrar que a taxa média de lucro da economia é determinada pela que é obtida na agricultura. Fica patente uma das idéias-chave do pensamento ricardiano: a oposição entre salários e lucro, ficando em segundo plano a determinação da renda fundiária. É preciso ressaltar, como feito pelo próprio autor, que a teoria ricardiana da renda da terra foi baseada em teoria previamente elaborada por Malthus, em seu artigo *An inquiry into rent*.

(6) Utiliza-se a definição de paradigma fisiocrático-smithiano de Belluzzo (1998), a partir de três características: a primeira (apenas implícita à análise do autor) refere-se à concepção de que o lucro não é um ganho auferido no comércio, já que todas as trocas se dão entre equivalentes; a segunda é a “caracterização da sociedade econômica como um sistema de atividades interdependentes e, conseqüentemente, o da introdução da idéia da circulação” (Belluzzo, 1998, p. 27); a última é a idéia de ordem natural.

(7) A esse respeito, ver Belluzzo (1998) ou Tolipan (2002).

Como já mencionado, Ricardo está interessado no *Ensaio*, em avaliar o comportamento das variáveis distributivas, especialmente a taxa de lucro, ao longo do processo de desenvolvimento econômico e, para o prosseguimento do seu estudo, formula algumas hipóteses que devem ser desveladas. Seu objetivo é excluir as “circunstâncias que, em maior ou menor medida, atuam a todo momento (...) elevando ou reduzindo os lucros (...) empregando-se na [mesma] terra o mesmo capital” (Ricardo, 1978, p. 197), para se ter conhecimento dos efeitos causados pela acumulação de capital e pela utilização de terras menos favorecidas. Sua primeira hipótese, para esse fim, é de ausência de progresso técnico, para que não se altere o produto conseguido com a mesma intensidade de capital aplicado na mesma terra.

Uma segunda hipótese feita pelo autor é que os salários reais permanecem constantes. Isso é demasiadamente importante para o modelo, pois, como mencionado, Ricardo percebe uma relação inversa entre salário e taxa de lucro. A determinação dos salários, para Ricardo, ocorre fora do mercado, e é dado ao nível de subsistência, de maneira que o tamanho da força de trabalho se mantenha constante, em relação ao estoque de capital.

A última hipótese, e a mais importante para as conclusões de Ricardo, é o funcionamento dos mecanismos da concorrência, entendida na sua acepção clássica de mobilidade de capitais. Esta hipótese assegura a existência de uma taxa média de lucro para toda a economia e, antecipando uma das conclusões do *Ensaio*, de que a taxa de lucro agrícola seja transmitida para todos os outros setores.

Ricardo parte da suposição de que se trata da primeira colonização de um país hipotético. Desta forma, no estágio de desenvolvimento em que se encontra, suas necessidades de alimento e matérias-primas podem ser supridas apenas pelo cultivo das terras mais férteis e bem localizadas, onde é feita uma inversão de capital de 200 arrobas de trigo, sendo metade em capital fixo (edificações, instrumentos de trabalho etc.) e metade em capital circulante (basicamente o fundo de salários). Após repor o capital circulante e a depreciação do capital fixo, resta um produto no valor de 100 arrobas de trigo, configurando dessa forma uma taxa de lucro de 50% (100 de lucro para 200 de capital). Essa etapa é caracterizada pela inexistência da renda da terra.

Dadas as hipóteses feitas, enquanto houver terras igualmente férteis e bem localizadas, o lucro do capital permanecerá constante. Por conta da livre mobilidade de capitais, esta taxa de lucro será a mesma para toda a economia, pois se houvesse atividade econômica mais lucrativa, seja na produção de

manufaturas, seja no comércio, o capital agrícola seria transferido à esta taxa, aumentando a taxa média de lucro, de modo que se tais atividades fossem menos lucrativas, seus capitais migrariam para a agricultura.

À medida que a população cresce e o capital é acumulado, todas as terras do mesmo tipo das primeiras são ocupadas, tornando-se necessário o cultivo de terras menos férteis ou pior localizadas. Em tais terras, será preciso mais capital, no valor de 10 arrobas de trigo, seguindo o exemplo original, para que se obtenha o mesmo produto. O capital total empregado passa a ser de 210 arrobas, o lucro cai de 100 para 90 arrobas, diminuindo os “lucros do capital” de 50% para 43% (90 sobre 210).

Nas terras originalmente ocupadas, pelo funcionamento da concorrência, não se poderá obter lucro superior a 43%. Isso significa que, do excedente gerado de 100 arrobas, apenas 86 (os mesmos 43% – $86/200$) poderão ser retidas a título de lucro. As 14 arrobas restantes serão apropriadas pelo proprietário da terra, fazendo surgir a renda da terra. Daí vem o nome de teoria da renda *diferencial*, pois surge pelo aparecimento de rendas diferentes no mesmo ramo da economia, devido à utilização de técnicas distintas. Ademais, por força da concorrência, cai a taxa média de lucro da economia, que é determinada por aquela obtida nas terras menos proveitosas.

Nesta etapa do enredo do *Ensaio*, já é possível trazer à superfície duas idéias importantes. A primeira é a elevação dos salários, causada pelo “aumento das dificuldades de se produzir alimentos”, que provoca a queda da taxa de lucro. A outra é que a renda da terra é apenas um resíduo. É a queda da taxa de lucro que propicia o surgimento da renda da terra e não o contrário. Nas palavras de Ricardo: “a renda fundiária é, pois, em todos os casos, uma porção dos lucros anteriormente obtidos da terra. Nunca constitui a renda de uma nova criação, constituindo sempre a parcela de uma renda já criada” (Ricardo, 1978, p. 197).

Tal ordenamento causal é importante, pois permite a Ricardo eliminar a renda da terra da determinação dos lucros e, adicionalmente, eliminá-la da determinação dos valores relativos. Citando Tolipan, “sua teoria da renda é, do ponto de vista metodológico, uma manobra (bem sucedida) para eliminar a renda da equação que determina o preço de produção” (2002, p. 154).

Terminado este interlúdio explicativo, volta-se à exposição do modelo do *Ensaio*. Na etapa sucessiva, esgota-se o estoque de terras do

segundo tipo, sendo necessário cultivar terras ainda menos férteis e/ou mal localizadas, onde é preciso inverter ainda mais capital para se obter o mesmo produto. Emprega-se, pois, um capital total de 220 arrobas de trigo e realiza-se um lucro de 80 arrobas, reduzindo a taxa de lucro de 43 para 36 por cento. Surge assim a renda da terra na segunda porção de terras cultivadas, no valor de 14 arrobas, e aumenta na primeira porção para 28 arrobas. A taxa média geral de lucro decresce para 36 por cento. O processo de desenvolvimento dessa economia leva-a a cultivar, sucessivamente, terras cada vez menos favorecidas, ocasionando queda na taxa de lucro da economia e aumento da renda nas terras previamente cultivadas. Em algum momento o baixo nível dos lucros estancaria o processo de acumulação, detendo a queda na taxa de lucro.

Ao fim da descrição desse processo de crescimento econômico, Ricardo faz uma importante ressalva: a taxa de lucro teria também caído para 43% caso, em vez de se cultivar terras de pior qualidade, se houvesse aplicado 210 arrobas de trigo a mais no primeiro lote de terras, a fim de se dobrar a produção. E da mesma forma teria surgido a renda fundiária. Este seria o caso da renda diferencial intensiva, que se diferencia da extensiva, previamente exposta (Tolipan, 1990; 59).⁸

Os efeitos gerais da acumulação seriam preços das manufaturas constantes, aumento do preço das matérias-primas e alimentos, conseqüente aumento dos salários, aumento do valor de troca do trigo. O que chama a atenção de Ricardo, no entanto, é a constante queda da taxa de lucro e, a partir de um certo nível de acumulação, a redução também do montante de produto pago como lucro, enquanto ocorre um perene aumento da renda da terra, tanto em termos absolutos, como em proporção do produto total.

Fica claro no *Ensaio* que Ricardo consegue debater o que lhe parecia ser o cerne da economia política, a distribuição do produto, sem formular uma teoria do valor. Seu objetivo é encontrar um ramo de produção homogêneo, cujo capital e produto fossem, na verdade, a mesma mercadoria (Tolipan, 1990, p. 59). É esta a referida *hipótese fisiocrata*. Dessa maneira

(8) Cabe neste ponto uma observação que foge um pouco do tema deste trabalho. O surgimento da renda intensiva é comumente apontado com um embrião da teoria da renda neoclássica. “No entanto, em nenhum caso Ricardo está pensando que a simples ‘variação das proporções fatoriais’ esteja na raiz da renda diferencial. Tal idéia é de fato catastrófica para uma teoria do excedente que toma a determinação de uma das variáveis distributivas como *dada* (grifo do autor) e a outra como resíduo e jamais como determinadas pela ‘contribuição marginal’ do fator correspondente” (Tolipan, 1990, p. 59).

livrar-se-ia de procurar valores relativos, medindo as demais mercadorias em trigo. Ou ainda, usando as palavras mais fortes de Napoleoni, feita esta hipótese, “a formulação de uma teoria do valor afigura-se como prejudicial ao estudo da formação e da marcha da taxa de lucro” (1978, p. 96). Assim sendo, seria possível achar o lucro da agricultura em termos físicos, não precisando valorar o trigo. Essa taxa de lucro física seria a razão para o lucro agrícola regular a taxa média da economia. Seguindo Sraffa:

Segue-se que, se deve existir uma taxa de lucro uniforme em todos os ramos, são os valores de troca dos produtos de *outros* (grifado no original) ramos relativamente aos seus próprios capitais (isto é, relativamente ao trigo) que precisam ser ajustados de maneira a fornecer a mesma taxa de lucro estabelecida na plantação de trigo. Isso porque nenhuma mudança de valor pode alterar a taxa do produto com relação ao capital, dado que ambos consistem na mesma mercadoria (Sraffa, 1982, p. 14).

De fato, a estratégia de Ricardo provoca a desfiguração econômica do setor agrícola e a perda de interesse do sistema, pois retira qualquer importância do setor industrial na determinação da taxa de lucro. Ricardo, portanto, se vê obrigado a abandonar a hipótese fisiocrata, que visava a eliminação dos preços relativos, “mas cujo sentido geral vai perseguir daí em diante com a mesma persistência e sucesso que seus antepassados na busca do Santo Graal” (Tolipan, 1990, p. 60).

Esta passagem traz consigo algum esclarecimento sobre a hipótese aqui defendida. Quando, em sua obra máxima, os *Princípios*, assunto da próxima seção, Ricardo adota a teoria do valor trabalho como uma teoria geral do valor, está na verdade fazendo uma “operação cirúrgica” de substituição da “medida-trigo” pela “medida-trabalho” (Belluzzo, 1998, p. 27). Assim, a taxa de lucro passa a ser calculada pela razão entre o trabalho excedente produzido por essa sociedade e o necessário para a sua reprodução. Isso demonstra o caráter instrumental do trabalho para Ricardo, resumindo sua teoria do valor ao problema de se achar uma *medida do valor*.

Torna-se evidente que, para ele, o problema da distribuição se resolve separadamente do problema do valor. Como o próprio Ricardo afirma, “apesar de tudo, as importantes questões da renda, dos salários e dos lucros devem ser explicadas pelas proporções nas quais a totalidade da produção é dividida entre proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores, e que não estão de maneira essencial vinculadas à doutrina do valor”.⁹ Com esta

(9) Ricardo, David. *Works and correspondence*, v. 8, p. 194 apud Sraffa (1982).

afirmação, fica claro que a evolução da teoria ricardiana do valor é norteada pela tentativa de referendar algumas conclusões do *Ensaio*. Avançar mais neste assunto, no entanto, seria entrar na seara da próxima seção.

Antes disso, cabe um último comentário ao *Ensaio*, sobre o papel central da taxa de lucro agrícola na determinação da taxa de lucro de toda a economia. Marx já observara nas *Teorias da Mais Valia*, e Napoleoni resume (1978, p. 91), que esta concepção de Ricardo não se manifesta na realidade, pois sua restritiva hipótese fisiocrata não se verifica. Como nem todo capital agrícola é composto exclusivamente de cereais, quando o cultivo avança para terras menos favorecidas e aumenta o preço do trigo em relação aos outros preços (aumenta seu valor de troca), elevando a taxa de salário, o arrendatário capitalista é “indenizado” por esse aumento de custo, já que todo o produto líquido (origem do lucro) é composto de trigo, enquanto apenas parte do capital adiantado (o fundo de salários) é composto por este cereal. Dessa forma o numerador, lucro, aumenta em valor mais do que o denominador, capital, havendo uma compensação ou supercompensação. Assim, não necessariamente cairá a taxa de lucro obtida na agricultura, conforme esperava Ricardo.

O mesmo fenômeno, entretanto, não ocorre na indústria, onde o produto terá o seu valor de troca constante, enquanto parte de seus custos (a massa de salários paga) aumenta. Desta forma, a taxa de lucro da indústria cai, o que, por força da concorrência, permite o cultivo de terras ainda menos férteis, resultando na queda do lucro obtido na agricultura. Ocorre, portanto, o inverso do preconizado por Ricardo: é a taxa de lucro industrial que desempenha o papel central de puxar para baixo não apenas a taxa de lucro agrícola, mas também, e principalmente, a taxa geral da economia.

3 O trabalho incorporado e a “medida invariável do valor”

No verão de 1815, após a boa recepção ao *Ensaio* sobre o trigo, Ricardo é exortado por seu amigo James Mill a escrever uma versão ampliada. A obra resultante – *Princípios de Economia Política e Tributação* – acabaria por se transformar em uma sistematização de suas idéias sobre Economia Política. Ricardo exporia aí suas divergências com os grandes nomes da área, em especial Adam Smith, principalmente acerca da distribuição do produto social em salário, lucro e renda da terra.

Ricardo procede no *Principles* às avessas do que fizera no Ensaio. Neste analisara seu objeto preferencial, a distribuição, sem fazer uma prévia discussão sobre o valor – ou seja, sem discutir como medir as variáveis que observa, salário, lucro e renda da terra, tomando o trigo como unidade de medida; agora, o valor se torna o ponto de partida. Seu objetivo continua sendo o de medir a taxa de lucro em termos físicos, só que não mais em trigo, mas em trabalho. Como afirma Sraffa:

Agora era o trabalho, e não o trigo, que (...) aparecia como insumo e produto: em consequência, a taxa de lucro não mais era determinada pela proporção do trigo produzido e do utilizado na produção, mas, ao contrário, pela proporção do total de trabalho de um país e do trabalho necessário para produzir os gêneros de primeira necessidade para manter esse trabalho (Sraffa, 1982, p. 15).

Não obstante a mudança na unidade de medida, pouco muda na concepção ricardiana. O “preço natural do trabalho” – os salários – continua determinado por uma cesta de consumo de subsistência: “preço natural do trabalho é aquele necessário para permitir que os trabalhadores, em geral, subsistam e perpetuem sua descendência, sem aumento ou diminuição” (Ricardo, 1982, p. 81). Este, no entanto, “varia num mesmo país, em épocas distintas, e difere substancialmente em países diferentes, dependendo essencialmente dos hábitos e costumes dos povos” (Ricardo, 1982, p. 83). Seu “preço de mercado” gravita em torno do preço natural, de acordo com a lei populacional malthusiana; em poucas palavras: “o trabalho é caro quando escasso e barato quando abundante” (Ricardo, 1982, p. 81).

Ricardo insiste na teoria da renda da terra diferencial, utilizando inclusive, um exemplo muito semelhante ao do Ensaio. Parte da “colonização de um país bem dotado de terras ricas e férteis”; só que, “com o desenvolvimento da sociedade, as terras de fertilidade secundária são utilizadas para cultivo [e] surge imediatamente renda sobre as de primeira qualidade: a magnitude de tal renda dependerá da diferença de qualidade daquelas duas faixas de terra” (Ricardo, 1982, p. 66).

É necessário, porém, marcar uma diferença: não está presente no *Principles* a idéia de que a taxa de lucro agrícola determina a taxa geral de lucro da economia. Mas permanece a idéia mais geral da importância da produtividade do trabalho nas terras que não pagam renda para a determinação geral dos lucros. Como afirma Ricardo: “embora o preço do trigo aumente quando mais trabalho for necessário para produzi-lo, essa causa não elevará o preço dos artigos manufaturados cuja produção não

exigiu maior quantidade de trabalho. (...) se, no entanto, como é absolutamente certo, os salários aumentarem com o aumento do trigo, então os lucros necessariamente diminuirão” (Ricardo, 1982, p. 91). Evidencia-se, na citação acima, a permanência da concepção original de Ricardo de uma relação inversa entre salário e lucro.

Na verdade, a necessidade de se formular uma teoria do valor, com o abandono do cálculo da taxa de lucro em termos de trigo, só vem a referendar as conclusões chegadas no âmbito do modelo mais simples do Ensaio sobre o Trigo. Mais uma vez fica claro o caráter instrumental da teoria do valor de Ricardo, que se resume a uma maneira de se medir as variáveis econômicas sem a utilização de preços. Ficará evidente, na exposição a seguir, que por assim proceder, na medida em que prossegue sua investigação acerca do valor, Ricardo será progressivamente consumido pela busca de uma “medida invariável” do valor. Destarte, terminará sua vida indagando acerca de um “valor absoluto”, em seu último texto *Valor absoluto e valor de troca*.

Ricardo inicia sua teorização sobre o valor em contraposição a Smith. Seu primeiro passo é repudiar o paradoxo smithiano da água e do diamante. Valor de troca é o poder de compra de uma mercadoria e valor de uso, sua utilidade. Ricardo aponta isso como um falso paradoxo, pois a utilidade não é medida do valor de troca, porém é indispensável a este. É necessário que uma mercadoria possua valor de uso para ter valor de troca. Não sendo útil, ninguém desejaria tal bem.

Desfeito o paradoxo, Ricardo aponta as causas do valor de troca: escassez e quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria. A primeira determina o valor de bens não econômicos (não reprodutíveis) obras de arte, livros raros etc. O valor desses bens nada tem a ver com a quantidade de trabalho empregada, não fazendo parte, portanto, do domínio na Economia Política.

A exposição ricardiana se restringe, então, aos bens reprodutíveis, cujo valor é determinado pela quantidade de trabalho necessário para sua produção. A partir do precedente smithiano de trabalho comandado, Ricardo se move na direção do trabalho incorporado.

Recordemos Smith: no estado “rude e primitivo” da sociedade – a sociedade mercantil simples – as mercadorias são trocadas em proporção à quantidade de trabalho empregado na sua produção. Não havendo acúmulo de capital, a quantidade de trabalho incorporado em uma mercadoria é igual à quantidade de trabalho que a mesma consegue pôr em movimento. Dada essa

igualdade, Smith passa a utilizar como medida do valor a quantidade de trabalho comandado por essa mercadoria. Como vimos, quando se passa à análise da sociedade mercantil capitalista, essa igualdade não se sustenta. A troca entre capital e trabalho não é uma troca entre equivalentes. A quantidade de trabalho incorporado é menor do que a quantidade que ela põe em movimento. Smith percebe essa diferença, mas, em vez de analisar as particularidades dessa relação de troca, abandona a teoria do valor trabalho, passando a uma teoria do valor baseado nos custos da produção, em que cada fator, trabalho, capital e terra, contribui para o valor de troca das mercadorias.

A crítica que Ricardo faz a Smith, na primeira seção do capítulo sobre o valor, é um tanto confusa, declarando que a utilização do trabalho comandado como medida do valor leva a uma apreensão equivocada das variações da quantidade de trabalho incorporado. Napoleoni (1988, p. 96) afirma que, na verdade, a crítica ricardiana é quanto à tautologia presente na formulação do trabalho comandado. A determinação de quanto trabalho uma mercadoria pode pôr em movimento pressupõe a determinação prévia da relação de troca entre mercadoria e trabalho, de maneira a se formar um círculo vicioso: o que se pretende determinar, a relação de troca, se encontra pressuposta ao seu processo de determinação (Napoleoni, 1988, p. 96).

Ricardo formula sua teoria do trabalho incorporado preocupado em seguir a hipótese do Ensaio sobre o trigo e calcular o lucro em termos físicos, não mais em quantidades de trigo, mas em trabalho. O autor começa a investigar a validade de sua teoria no âmbito de uma economia capitalista e depara-se com algumas dificuldades. Em primeiro lugar, como aponta Belluzzo (1998, p. 50), Ricardo contorna o problema que impediu Smith de prosseguir com a teoria do valor trabalho, a troca desigual entre capital e trabalho, determinando o que chama de “valor do trabalho” fora do mercado, segundo a lei populacional malthusiana. Mas, se isso compatibiliza a determinação do valor do trabalho com sua teoria do valor trabalho, o faz desrespeitando o princípio da troca de equivalentes, princípio este essencial a uma teoria do valor.

Ricardo retorna assim, sem perceber, ao “erro” de Smith. Isso ocorre pela maneira como é feita a substituição da medida trigo por trabalho. O “valor do trabalho” é, para ele, a cesta de consumo do trabalhador composta por uma quantidade fixa de mercadorias. Desta forma, para que seja sempre pago o “preço natural do trabalho”, o trabalho terá que possuir um valor de

troca permanente com sua cesta de mercadorias. Tal cesta sempre comandará a mesma quantidade de trabalho.

O objetivo dessa teorização acerca do “valor do trabalho”, e da seguinte sobre o trabalho incorporado, diz respeito a uma preocupação de Ricardo de se opor a um princípio até então bem estabelecido, fundado por Smith, e defendido por alguns de seus contemporâneos, como Malthus –o princípio de que uma variação nos salários provocaria uma alteração em igual sentido nos preços de todas as mercadorias. Como veremos, de acordo com o arcabouço teórico do trabalho incorporado, não seria este o efeito. Mas deve-se mencionar que, nesta etapa da concepção de suas idéias, Ricardo considera que não há nenhuma alteração nos preços. Este só pode mudar se variar a quantidade de trabalho necessário para a produção de determinada mercadoria.

Voltando ao tema central, Ricardo começa a fazer uma série de aproximações ao trabalho incorporado como medida do valor em uma economia capitalista. Caso não houvesse capital, os termos de troca entre duas mercadorias seriam determinados pela quantidade de trabalho necessário para produzi-las. Porém, como essas economias são caracterizadas pela acumulação de capital, como fruto do seu rigor, Ricardo passa a determinar o valor de troca de uma mercadoria pela quantidade de trabalho empregado para a sua produção, acrescido da quantidade de trabalho utilizado na formação dos meios de produção que constituem seu capital.

Com isso, já é possível perceber alguns problemas na sua teoria do valor. Mercadorias que possuem a mesma quantidade de trabalho presente podem apresentar valores de troca diferentes, simplesmente por empregar mais ou menos capital na sua produção. Ricardo introduz então, a noção de capital fixo e circulante, de acordo com a durabilidade de cada um. O capital circulante –quase que exclusivamente o fundo de salários – é consumido durante o período de produção; já o capital fixo dura mais de um período de produção, sendo constituído por edificações, instrumentos, maquinarias, dentre outros.

Desta forma, a diferença de durabilidade dos diversos tipos de capital fixo e circulante e as diferentes proporções em que se combinam fazem surgir uma nova causa para as oscilações dos valores relativos das mercadorias: o aumento ou redução dos salários e lucros. Assim, ao fazer a distinção de que a mercadoria é composta de trabalho presente e trabalho acumulado, e de que a existência de concorrência nivela a taxa de lucro nos diferentes setores da

economia, Ricardo descobre “o curioso efeito que o aumento de salários produz sobre os preços daquelas mercadorias que são obtidas principalmente pelo uso da maquinaria e de capital fixo”.¹⁰ Percebe, então, que os termos de troca não dependem mais somente do trabalho presente e passado, mas da distribuição temporal deste e das variáveis distributivas lucro e salário.

Esta nova configuração do problema do valor pode ser demonstrada a partir de um exemplo clássico, apresentado por Belluzzo (1998) e Napolleoni (1988). A e B são duas mercadorias, sendo que o valor de cada uma (V_A e V_B) depende da quantidade total de trabalho incorporado na sua produção (L_A e L_B). Estas quantidades de trabalho são distribuídas temporalmente da seguinte forma: em A foi incorporado L_{A1} de trabalho presente e L_{A2} de trabalho empregado em período anterior na produção dos meios de produção. De maneira análoga é distribuído o trabalho total de B. Para manter a simplicidade da exposição, suporemos que não foram empregados meios de produção na fabricação além dos já mencionados. Desta forma, o valor total de cada mercadoria pode ser exposto da seguinte forma, em termos de trabalho:

$$\begin{aligned} V_A &= L_A = L_{A1} + L_{A2} \\ V_B &= L_B = L_{B1} + L_{B2} \end{aligned}$$

Segundo a teoria do valor trabalho, essas duas mercadorias devem ser trocadas nestas proporções: $V_A / V_B = L_A / L_B$. Ou seja, de acordo com as quantidades totais de trabalho a elas incorporado. O que aflige Ricardo, no entanto, é que os valores de troca destas mercadorias sejam alterados sem que sejam modificadas as quantidades de trabalho incorporado a cada uma, ou seja, que seja violada a lei do valor (o que poderia ser chamado de aspecto diferença).

Tendo em vista que a concorrência tende a igualar a taxa de lucro dos diferentes ramos da economia, e esta já foi definida como a razão do excedente produzido com o consumo indispensável para sua produção, a partir da definição de um salário de subsistência w fica determinada esta taxa r . Com a introdução destas variáveis distributivas, os termos do problema modificam-se da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} P_A &= w (1 + r) L_{A1} + w (1 + r) 2 L_{A2} \\ P_B &= w (1 + r) L_{B1} + w (1 + r) 2 L_{B2} \end{aligned}$$

(10) Ricardo, David. *Works and correspondence of David Ricardo*, v. 7, p. 82, apud Sraffa (1982).

A taxa de lucro incide uma vez sobre o trabalho presente, pois, na visão de Ricardo, os salários são um adiantamento do capitalista, e incide exponencialmente sobre os meios de produção, uma referente a sua forma de capital, outra referente aos salários adiantados no momento de sua elaboração. Desta forma, $V_A/V_B = P_A/P_B$ só será uma igualdade, como requer a lei do valor, se a estrutura temporal do trabalho for igual em ambas mercadorias. Formalmente, é mister considerar a identidade $L_{A1}/L_{A2} = L_{B1}/L_{B2}$. O que se pode apreender é que, existindo uma taxa média de lucro para essa economia, é aplicado no trabalho presentemente incorporado um fator $(1 + r)$ menor do que no trabalho incorporado no passado. E quanto mais antigo for esse trabalho passado, maior será a importância desse fator.

Com essa modificação no arcabouço teórico do trabalho incorporado, Ricardo é forçado a voltar atrás de sua posição inicial e admitir que variações no salário causam variação nos preços de produção (aspecto mudança). Mas, enquanto Smith achava que todos os preços subiriam, Ricardo percebe que não é isso que de fato acontece. Quando aumentam os salários, e conseqüentemente cai a taxa de lucro, o preço daquelas mercadorias intensivas em trabalho tem seu valor de troca aumentado em comparação com aquelas intensivas em capital. Nas palavras de Ricardo:

Os preços relativos das mercadorias nas quais se utiliza mais capital durável deverão variar inversamente em relação aos salários; diminuirão quando os salários aumentarem, e aumentarão quando os salários diminuírem. Ao contrário, as mercadorias produzidas principalmente com trabalho e com menor capital fixo – ou com capital fixo de natureza menos durável que a média utilizada na estimativa do preço –, aumentarão quando os salários aumentarem e diminuirão quando os salários diminuírem (Ricardo, 1982, p. 59).

Cabe aqui, à guisa de esclarecimento, mostrar a crítica que Marx faz a Ricardo quanto a esse ponto, deixando claro que, para Marx, valor significa trabalho contido e preço de produção, a relação efetiva de troca.

Se houvesse aprofundado a questão, Ricardo ter-se-ia dado conta (...) de que a simples existência de uma taxa geral de lucro implica em preços de produção diferentes dos valores, ainda que se suponha um salário constante; implica em uma diferença absolutamente independente do aumento ou da diminuição do salário (...). E ter-se-ia dado conta disso na medida em que a compreensão desta diferença é, para o conjunto da teoria, mais importante e decisiva que suas considerações acerca da variação causada nos preços de produção das mercadorias pelo aumento ou redução do salário.¹¹

(11) Marx, Karl. *Teorias da mais-valia*, v. 2, p. 25, apud Napoleoni (1988).

Assim posto, o que para Marx constitui uma diferença entre valores e preços de produção, para Ricardo constitui a diferença entre o trabalho incorporado e o valor relativo (Napoleoni, 1988, p. 106).

A maneira que Ricardo encontrou para formular sua lei do valor trabalho, pela incidência da taxa de lucro no trabalho passado, leva-o a conceber o problema como a dificuldade, ou mesmo, a impossibilidade, de se encontrar uma “medida perfeita” do valor. A mercadoria ideal para cumprir esse papel de medida, no âmbito mais simplificado da teoria do valor trabalho, seria aquela que necessitasse sempre da mesma quantidade de trabalho para a sua produção.

Essa medida, entretanto, não seria perfeita, pois, como indica Ricardo, existem outros problemas para se achar uma medida invariável do valor, além da quantidade permanente de trabalho incorporado: a proporção entre capital fixo e circulante, em relação às mercadorias que se compara; a durabilidade do capital fixo; e a durabilidade do capital circulante, ou seja, o tempo para se levar ao mercado uma mercadoria. Dadas essas diferenças e desproporções, uma mudança na distribuição alteraria os termos de troca, mesmo que as quantidades de trabalho empregadas em cada mercadoria permanecessem constantes. É interessante o comentário que faz Sraffa sobre essa busca de Ricardo. Ele considera que a busca pelas condições que uma mercadoria deveria cumprir para ser uma medida invariável do valor interessou mais a Ricardo do que encontrar a mercadoria em si (Sraffa, 1982, p. 20).¹²

Ricardo, percebendo a ausência de solução para o problema, estabelece, no *Principles*, uma hierarquia para as causas de variações nos valores de troca. A mudança na distribuição passa a ser considerada menos importante, sendo excluída por hipótese. Ainda assim faz algumas hipóteses sobre as proporções adequadas dessa medida para, enfim, escolher o ouro para esse papel. Desta forma, Ricardo é obrigado a se contentar com uma medida que considera ser “uma aproximação tão grande de uma medida-padrão de valor quanto se pode teoricamente conceber” (Ricardo, 1982, p. 60).

A despeito da falta de realismo das hipóteses, a discussão da “medida invariável” do valor torna-se mais intensa no texto *Valor absoluto e valor de*

(12) Se não para Ricardo, esse problema com certeza muito interessou ao próprio Sraffa, vide a sua solução à questão da mercadoria-padrão em sua obra *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*.

troca, elaborado no fim da sua vida. Nele, Ricardo introduz um novo conceito, o de “valor absoluto”. Este não seria nada mais do que o valor da mercadoria quando calculado a partir de uma unidade de medida invariável (Napoleoni, 1988, p. 108).

Apesar de introduzir este novo conceito, Ricardo pouco avança nesse texto na questão da medida do valor. Por um lado, mantém plena convicção de que o trabalho humano seria a chave para se encontrar essa medida (Ricardo, 1978, p. 229); por outro, percebe que a realidade da economia capitalista parece contradizer esta convicção. A agonia de Ricardo por não achar sua medida toma, muitas vezes, tons dramáticos:

Torna-se necessário confessar, portanto, que não existe na natureza coisa alguma que constitua uma medida perfeita do valor. Tudo o que resta ao economista é reconhecer que a causa mais relevante da variação das mercadorias é a maior ou menor quantidade de trabalho que se necessita para produzi-las, porém que existe também outra causa, ainda que muito menos poderosa, das variações das mercadorias, causa que decorre das diferentes proporções em que as mercadorias acabadas podem ser distribuídas entre o patrão e o trabalhador em razão da posição mais ou menos favorável do trabalhador ou da maior dificuldade ou facilidade de se produzir os bens necessários à sua subsistência (Ricardo, 1978, p. 232).

A “dificuldade” e a “facilidade” a que se refere Ricardo implicam em variação nos salários, e, conseqüentemente, nos lucros. A questão passa a ser escolher uma medida dentro das reconhecidamente imperfeitas. Volta-se, assim, à mesma questão do *Principles*, escolher uma mercadoria que seja produzida com a proporção média de capital e cuja quantidade de trabalho empregada em sua produção não se altere.

Comentários finais

Afirmar que a teoria do valor possui um caráter meramente instrumental na obra de Ricardo seria apenas uma bela frase se não fosse passível de ser explicada. É importante que tenha ficado claro ao longo do texto o seu significado. A teoria do valor ricardiana não constitui um fim em si próprio; sua formulação serve apenas como um meio – um *instrumento* – para medir as variáveis distributivas, que para Ricardo constituem o cerne do estudo da Economia Política. Desta forma, sua concepção do significado e da necessidade de uma teoria do valor é muito diferente da de Marx, o último autor a utilizar o trabalho no centro da teoria do valor. Para Marx, a teoria do valor possui um caráter substantivo. Seu estudo permite apreender a lei de

movimento que rege as sociedades capitalistas, observar a historicidade desse modo de produção e analisar “em que condições os produtos do trabalho assumem a forma-valor” (Belluzzo, 1998, p. 60).¹³

É interessante ver como esse caráter instrumental da teoria do valor de Ricardo fica patente à medida que se move dentro do paradigma fisiocrata-smithiano. No primeiro texto aqui estudado, *Ensaio sobre o trigo*, o autor se situa inteiramente dentro do precedente fisiocrata, tal como se Smith nunca tivesse escrito nada sobre valor. Nesse texto, Ricardo, como os fisiocratas, mensura as variáveis econômicas em termos físicos. Isto fica extremamente evidente na tabela que Ricardo constrói para demonstrar a evolução das variáveis distributivas, renda fundiária e lucro, calculando-as em termos materiais, sem menção a preços ou a valores.

Nos dois textos seguintes, *Princípios de economia política e Tributação e valor absoluto e valor de troca*, Ricardo já se posiciona em relação a Smith. Seu primeiro passo é fazer a crítica à teoria de Smith, apesar de não a tornar suficientemente clara, o que levou autores posteriores, como Marx e Napoleoni, a tentar interpretá-la para melhor compreendê-la. Se, ao perceber que na sociedade capitalista o trabalho incorporado em uma mercadoria difere da quantidade de trabalho que esta pode comandar, Smith escolhe o último, o trabalho comandado, como medida do valor, Ricardo procede ao revés: escolhe a quantidade de trabalho incorporado. E, para explicar a diferença, inclui o capital na determinação do valor na forma de trabalho passado. Este passo leva-o a incluir o lucro como remuneração ao trabalho acumulado, e, assim, a distribuição do produto social passa a influir nos preços relativos. Como a teoria da distribuição ricardiana se resolve em separado da sua teoria do valor, Ricardo passará o resto da vida tentando descobrir quais condições uma mercadoria deve obedecer para não sofrer variações no seu valor quando muda a distribuição, e assim poder ser candidata à medida invariável do valor.

Isso fica manifesto em Valor absoluto e valor de troca, em que, debatendo-se entre as duas causas de modificações no valor – mudanças na distribuição e alterações nas quantidades de trabalho empregado na produção de uma mercadoria – Ricardo faz seu último esforço para achar uma *medida*

(13) Como o estudo da teoria marxiana do valor e sua relação com a economia política clássica não fazem parte do objeto desse texto, adota-se aqui, a interpretação contida em Belluzzo (1998).

invariável do valor. Ricardo deixa o texto inconcluso, aceitando, ainda, o trabalho incorporado como medida *imperfeita* do valor e hierarquizando as causas das mudanças no valor: as mudanças na quantidade do trabalho são mais importantes do que as variações na distribuição.

A importância de se estudar Ricardo – último autor da Economia Política Clássica – e sua teoria do valor decorre do fato de que as principais escolas de economia o têm como grande referência, ficando obrigadas a, de alguma forma, dar conta dos problemas deixados em aberto pela mencionada teoria. O primeiro movimento nesse sentido é o de superação da problemática ricardiana feita por Marx (1867), que formula uma nova teoria do valor trabalho. Assim, em vez de solucionar as questões deixadas em aberto, formula um novo conjunto de perguntas, onde a partir de suas formulações, é capaz de esclarecer os “erros” de Ricardo nos novos termos que desenvolve. Seu movimento foi, portanto, um movimento de superação.

O movimento seguinte, a revolução marginalista (que desembocou na teoria neoclássica), foi iniciado por Jevons (1871), Menger (1871) e Walras (1874), mas teve como seu grande sistematizador Alfred Marshall (1890). Sob uma perspectiva atual, este movimento é visto como uma negação da problemática ricardiana, com a substituição da teoria do valor trabalho por uma teoria do valor-utilidade e, simbolicamente, pela troca do nome da “ciência” de Economia Política para *Economics*, sem tradução exata para o português. Apesar disso, Marshall teve o cuidadoso trabalho de se pôr como um legítimo sucessor de Ricardo – ou, mais precisamente, demonstrar que Ricardo foi um predecessor da economia neoclássica – para poder ser mais bem aceito na academia inglesa, então dominada pela economia política ricardiana.

Essa tentativa de mostrar a gênese da economia neoclássica nos escritos de Ricardo está explícita no apêndice I, “A Teoria do Valor de Ricardo”, de sua obra *Principles of Economics* (1890). Neste apêndice, Marshall culpa Ricardo pela falta de obviedade e clareza dessa genealogia, acusando-o de ter sido “abstrato e assistemático como autor” e “demasiado parco em palavras”; de não ter dado a devida importância à utilidade por considerar que “sua influência é relativamente simples”; e, acima de tudo, de ter sido “responsável pelo mau hábito de se fazer empenho em expor grandes doutrinas econômicas em curtas sentenças” (Marshall, 1890, p. 391, 393, 392, 394, respectivamente). Além disso, pode ser visto na “tesoura

marshalliana” uma teoria do valor que concilia o valor utilidade com os custos de produção. Daí que Belluzzo chama os neoclássicos de “filho espúrios” de Ricardo (1988, p. 52).

Antes de apreciar o terceiro dos movimentos mencionados, cabe salientiar uma importante diferença entre os dois anteriores e o próximo. Aqueles lêem Ricardo a partir de um ponto de vista teórico alternativo ao dele. “Entre Marx e Ricardo há diferença teórica, assim como entre os marginalistas e Ricardo. Estas leituras (...) não desaparecem no objeto lido. Sua perspectiva tem origem numa organização teórica independente do que está sendo lido (...). O olhar, mesmo que sem querer, é concorrente do que lê” (Tolipan, 1990, p. 62). Já Sraffa, o autor responsável pelo último movimento, esforça-se em misturar-se à problemática clássica, a ponto de Tolipan afirmar que “em Sraffa é impossível distinguir teoricamente o que é dele e o que é dos clássicos” (1990, p. 62).

Assim, apesar do aparecimento tardio, na breve história das idéias econômicas, da obra máxima de Sraffa, *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*, publicada em 1960, este autor busca ter um olhar “contemporâneo” ao de Ricardo. Isto foi possível porque Sraffa elaborou suas próprias idéias à medida que preparava (e interpretava) as obras completas de Ricardo, o *Works and Correspondence of David Ricardo*, cujo primeiro volume foi publicado em 1951. “De fato, o núcleo das idéias de ‘Produção de Mercadorias...’ está presente já em 1951, em sua ‘Introdução’ às obras de Ricardo” (Tolipan, 1990, p. 61). Neste livro, em que se propõe a restaurar a problemática e o método clássico, Sraffa conclui a busca de Ricardo por uma “medida invariável do valor” ao propor sua mercadoria-padrão. Ironicamente, entretanto, provou que, para se construir tal medida, deve-se abandonar radicalmente a teoria do valor trabalho¹⁴ e que a distribuição e os preços relativos devem ser considerados *simultaneamente*, e não em separado como pretendia Ricardo.

Em suma, buscou-se mostrar no presente trabalho a evolução e o significado da teoria do valor no pensamento econômico de Ricardo e que este tema não está “ultrapassado” pelos avanços da atual “ciência” econômica, suscitando debates até os dias de hoje.

(14) Para saber mais sobre a ironia contida na obra de Sraffa, ver Tolipan (1990).

Referências bibliográficas

- BELLUZZO, L. G. M. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998.
- DOBB, M. *Teorias do valor e distribuição desde Smith*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- MARX, K. *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1.
_____. *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1983-1985. v. 2-3.
- NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- QUESNAY, F. *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
_____. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
_____. Valor absoluto e valor de troca. In: NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- SRAFFA, P. Introdução. In: RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SINGER, P. Apresentação. In: RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- TEIXEIRA, L. *Do trigo ao trabalho: o caráter instrumental da teoria do valor no pensamento de Ricardo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Mimeografado.
- TOLIPAN, R. Anotações sobre a história do pensamento econômico. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 147-196, jan./jun. 2002.
_____. *A ironia na história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1990.